



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO Nº 6/2021 - PRES/EJE-RO**

**1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

**2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para realização de capacitação acerca das novas responsabilidades e adequações necessárias ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei 13.709/2018.

O curso será na modalidade de ensino telepresencial - ao vivo, e contemplará:

I - a apresentação da temática aos juízes e promotores eleitorais, bem como à Presidência e da Corregedoria do órgão, com carga horária de 30 minutos;

II - Treinamento de até 30 servidores, conforme agenda adequada aos participantes e a empresa contratada, considerando-se 27 horas, divididas em 9 módulos semanais de 3 horas, com tarefas práticas a serem realizadas nos intervalos entre os módulos.

**2.1 Dados da instituição promotora**

Razão Social: CSO ASSESSORIA EM SISTEMA DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA

CNPJ: 11.170.415/0001-20

Endereço: - ARua Salvador, 458 – Adrianópolis - CEP 69057-040 Manaus –AM

Contato: Cheila Santos de Oliveira

E-mail: cheila@csconsultoria.com.br

Tel: (92) 98138-1237

Dados Bancários: Banco INTER, Número do Banco 077, Agência 0001, Conta Corrente 3724145-1

**2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento SEI [0716235](#).

### **2.3. PÚBLICO-ALVO**

Servidores da Secretaria e das Zonas Eleitorais do TRE/RO

## **3 - JUSTIFICATIVA:**

### **3.1. Da Necessidade:**

A Lei nº 13.709/2018, chamada Lei Geral de Proteção de Dados, trouxe inúmeras obrigações relacionadas ao tratamento de dados de pessoas, com vista à simplificação da vida dos usuários dos serviços públicos e privados e também à prevenção de abusos que possam existir na utilização dos dados armazenados.

A partir de agosto de 2021, iniciar-se-á a fiscalização quanto ao efetivo cumprimento da norma e os esforços se somam com o fito de adequação dos serviços às exigências normativas.

No primeiro semestre deste exercício, o Tribunal Superior Eleitoral ofereceu um treinamento global, do qual participaram várias servidores do TRE-RO, para que se pudesse entender o aspecto macro da aplicação da lei e ora se pretende um estudo mais minucioso voltado para a reflexão da prática existente neste Regional.

O curso em questão foi pensado para a participação de representantes dos setores que de uma forma ou outra lidam com a matéria, os quais atuarão posteriormente como multiplicadores do conhecimento em suas unidades de serviço.

A capacitação encontra-se registrada no Plano Anual de Capacitações 2021, sob n. 20210208.

### **3.2. Da inexigibilidade de Licitação:**

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.*

### 3.2.1. Da singularidade do serviço:

A capacitação em A Nova Lei Geral de Proteção de Dados versa sobre a manipulação de dados de terceiros sob a guarda do TRE, envolvendo a coleta, tratamento, armazenamento e exclusão desses dados. A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

### 3.2.2. Da escolha do notório especialista:

Para a execução do presente objeto, optou-se pelas palestrante **Samantha Oliveira do Carmo Matos e Kétila Araújo**, cuja formação e qualificações estão descritas no minicurriculo contido na proposta da empresa (Evento [0716235](#)). A larga experiência na área de treinamento e compliance, as qualificam como **notórias especialistas** na matéria.

Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.

## **3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS –**

A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

## **4 – DO VALOR**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O valor a ser contratado é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para uma turma de até 30 servidores.

A justificativa do preço exigida pelo art. 26, Parágrafo único, inciso III, da L. 8.666/93, está demonstrada no Informação Conclusiva do Valor Estimado juntada no evento [0717505](#).

### **5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

CATEGORIA	Ordinário
ITEM DE DESPESA	Capacitações EJE - Cursos, Diárias e Passagens
PLANO INTERNO	RO CAPEJE
VALOR	R\$ 20.000,00

### **6- DO PAGAMENTO**

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

### **7- DO CONTRATO**

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

### **8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE**

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
3. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

### **9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo (SEI [0716235](#)).
2. Disponibilizar material desenvolvido e aplicado por meio digital;
3. Fornecimento de certificados aos participantes com mais de 80% de assiduidade, em formato a ser acordado com as partes;
4. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;
5. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

### **10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 9, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

## **11 – DAS GARANTIAS**

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

## **12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A execução dos serviços dar-se-á no período de agosto a setembro de 2021 conforme agendamento a ser acordado entre o TRE e a empresa contratada.

### **13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia - EJE-RO.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
  - a) a confirmação do evento no prazo acordado;
  - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
  - a) a presença do instrutor;
  - b) a regularidade das aulas;
  - c) o cumprimento dos horários;
  - d) o fornecimento dos materiais;
  - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
  - a) o cumprimento da carga-horária;
  - b) a avaliação do evento pelos participantes;
  - c) a emissão dos certificados;
  - d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

### **14 – DOS ANEXOS**

- a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos [0716537](#), [0716543](#), [0716547](#) e [0716551](#)), portanto apta a contratar com a Administração Pública.
  - b) Proposta (Evento [0716235](#)).
-





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE POSSAMAI LEITE, Técnico Judiciário**, em 22/07/2021, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002283-53.2021.6.22.8080

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE – CURSO *IN COMPANY* - **Capacitação acerca das novas atribuições advindas da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. Análise.**

### **PARECER JURÍDICO Nº 106 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

#### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia (EJE-RO) - [0708409](#) - objetivando à contratação de empresa especializada para realização de capacitação de até 30 (trinta) servidores deste Regional acerca das novas responsabilidades e adequações necessárias ao cumprimento da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) , que será realizado em agosto e setembro de 2021, com carga horária total de 27 (vinte e sete) horas, na modalidade de ensino telepresencial ao vivo.

**02.** A Solicitação de Contratação 16 ([0708978](#)), na qual a EJE-RO consta como unidade solicitante e demandante, foi submetido ao secretário da Secretaria de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade (SAOFC), o qual autorizou a elaboração do estudo técnico preliminar e o Projeto Básico (PB) da pretensa contratação, consoante Despacho nº 1049/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0709009](#)).

**03.** Com isso, a EJE-RO elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 7 ([0716250](#)) e o Projeto Básico 5 ([0716258](#)), e ainda instruiu os autos com a proposta da empresa CSO Consultoria, CNPJ nº 11.170.415 e Treinamento e o conteúdo programático ([0716235](#)).

**04.** A unidade demandante encaminhou, via e-mail ([0716615](#)), o Projeto Básico nº 5 para a ciência do representante da empresa





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proponente. Pelo e-mail constante no evento ([0717863](#)), a referida empresa atestou sua concordância aos termos do Projeto Básico.

**05.** Além disso, após Solicitação de Diligência feita pela ([0717228](#)), elaborou-se a Informação Conclusiva Valor Estimado ([0717505](#)) e o atual PB nº 6/2021 – PRES/EJE-RO ([0718078](#)), no qual informa em seu tópico 4, o custo de da capacitação pretendida no valor **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais). Ainda, o referido PB apresenta a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, prazo de execução, indicação da EJE para gestão e fiscalização da contratação e descrição dos anexos (documentos de regularidade fiscal da empresa).

**06.** Para instruir o feito, juntou-se aos autos a regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0716543](#)), Receita Federal ([0716537](#)), Justiça do Trabalho ([0716551](#)) e CNJ ([0716547](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

**07.** Em seguida, a Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do art. 7º, § 2º, da lei nº 8.666/93 e do art. 17, V da Instrução Normativa TRE nº 004/08, analisou o Projeto Básico 6 ([0716551](#)) e concluiu por sua regularidade ([0718933](#)).

**08.** Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0719412](#)), no valor de R\$ 20.000,00, para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF informou que: *"Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."*

**09.** Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

## **II - ANÁLISE JURÍDICA**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13 VI DA LEI Nº 8.666/93.**

**10.** Inicialmente, esclarece-se que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinados com 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após a publicação da Lei nº 14.133/21, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei (1º/04/2023).

**11.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original).

**12.** A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

**13.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração a contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

**II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (sem grifo no original).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**14.** Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

**15.** Quanto à **singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

**16.** Sobre este requisito, veja-se a lição de **Jacoby**:

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma. (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596)

**17.** E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU nº 1568/2003 – 1ª Câmara**):

(...) A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

**18.** Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração da singularidade, tão somente para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da **notória especialização da empresa a ser contratada** atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei nº 8.666/93**, *verbis*:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

**§ 1º** Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

**19.** Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, *vg*:

### **Decisão TCU nº 103/98 – Plenário:**

**1.6** - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

**20.** Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

**EMENTA:** ACÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (sem grifo no original).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666/93.**

**21.** Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei nº 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; e **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

**22.** As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Informativo Conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0717505](#)), documento anexo do Projeto Básico 6 ([0718078](#)), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

### **III - CONCLUSÃO**

**23.** Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

**a)** pela possibilidade da **contratação direta com a empresa CSO ASSESSORIA EM SISTEMA DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº 11.170.415/0001-20, para a realização de **CAPACITAÇÃO acerca das novas responsabilidades e adequações necessárias ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei 13.709/2018**”, na modalidade *on line* (ao vivo), para até 30 (trinta) servidores, com carga horária de 27 (vinte e sete) horas, divididas em 9 módulos semanais de 3 horas, com tarefas práticas a serem realizadas nos intervalos entre os módulos, com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei nº 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU nº 439/1998-Plenário**; e,

b) pela regularidade do Projeto Básico 6 ([0718078](#)), visto estar de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei nº 8.666/93**, no que for aplicável, podendo ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

**24.** Embora se trate de serviço, considerando a forma usual da contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do **art. 62 da Lei nº 8.666/93 (item 7.1 do PB 6)**, **instrumento idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada. Todavia, o instrumento enviado a empresa (PB 5) ocorreu antes da inclusão do Projeto Básico 6 aprovado pela COMAP. **Com isso recomendamos a unidade o reenvio a empresa do projeto básico atualizado.**

**25.** O valor total do curso, orçado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), abrangendo um público de 30 (trinta) servidores, não havendo redução de custo no caso de não se preencher o total das vagas disponíveis, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas sim de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado, portanto recomenda-se que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos nos eventos **o número total de vagas contratadas para servidores**, tudo com fulcro no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Carta Magna.

**26.** Finalmente, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se necessária a publicação na imprensa oficial,





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 29/07/2021, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 29/07/2021, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0720400** e o código CRC **A69C07C8**.

0002283-53.2021.6.22.8080

PROCESSO: 0002283-53.2021.6.22.8080

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE/RO

ASSUNTO: CURSO *IN COMPANY* - Capacitação acerca das novas responsabilidades advindas da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

**DESPACHO Nº 974 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia (EJE-RO) - [0708409](#) - objetivando à contratação de empresa especializada para realização de capacitação de até 30 (trinta) servidores deste Regional acerca das novas responsabilidades e





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adequações necessárias ao cumprimento da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), que será realizado nos meses de agosto e setembro de 2021, com carga horária total de 27 (vinte e sete) horas, na modalidade ensino telepresencial ao vivo, conforme Solicitação n. 16/2021-PRES/EJE-RO ([0708978](#)).

A unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 7 ([0716250](#)).

O objeto do evento e a data encontram-se descritos no Projeto Básico n. 5/2021-EJE-RO ([0716258](#)). Dimensionou-se o valor total da contratação em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme item 4 do referido Projeto Básico.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta do curso elaborada pela empresa CSO Consultoria e Treinamento ([0716235](#)), comprovação da regularidade fiscal com o FGTS ([0716543](#)), Receita Federal ([0716537](#)), Justiça do Trabalho ([0716551](#)) e CNJ ([0716547](#)), demonstrando estar apta para contratar com a administração pública.

A EJE-RO encaminhou os autos à SAOFC, para análise do Projeto Básico, conforme evento [0716566](#).

Em atendimento ao Despacho nº 1200/2021-GABSAOFC ([0716588](#)), após a análise inicial do Projeto Básico n. 5/2021 - EJE-RO ([0716258](#)), a COMAP detectou a necessidade de ajustes e/ou justificativas pela unidade solicitante, conforme Solicitação de Diligência constante do evento [0717228](#). Por esse motivo, os autos foram devolvidos à Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia.

Em atendimento à Solicitação de Diligência ([0717228](#)), a Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia juntou a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0717505](#)) e o Projeto Básico n. 6/2021 - EJE-RO ([0718078](#)), corrigindo a redação do Item 4 do Projeto Básico, referente ao valor da contratação.

A COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0718933](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para custear a despesa ([0719412](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral que, através do Parecer Jurídico nº 106/2021 ([0720400](#)), opinou pela possibilidade de contratação direta da empresa CSO ASSESSORIA EM SISTEMA DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 11.170.415/0001-20, para a realização de capacitação acerca das novas responsabilidades e adequações necessárias ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei 13.709/2018, na modalidade *on line* (ao vivo), com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações, nos termos ainda da Decisão TCU n. 439/98-Plenário; pela regularidade do Projeto Básico n. 6/2021 - PRES/EJE-RO ([0718078](#)), podendo ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do art. 7º, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações; e pela necessidade de publicação na imprensa oficial, com base no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do ETP e do Projeto Básico, pela regularidade do preço estimado, pela autorização da despesa, por inexigibilidade de licitação, e publicação da dispensa tanto no Diário Oficial da União- DOU, quanto no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em respeito ao princípio da publicidade e nos termos do [caput do art. 26 da Lei n. 8.666/93](#) e, ainda, no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário \(0720736\)](#).

Verifica-se que os autos foram devidamente instruídos.

Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da **Decisão TCU nº 439/1998-Plenário**, com fundamento no art. 25, inc. II c/c o inciso VI do artigo 13, ambos da Lei Geral de Licitações.

Assim, por se tratar de pretensão da Administração, a contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**.

Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

Verifica-se que a singularidade está demonstrada pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

Além disso, há nos autos comprovação da **notória especialização da empresa a ser contratada** atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º, da Lei nº 8.666/93**.

Ademais, a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço** estão demonstradas de forma satisfatória pelas razões expostas na Informação Conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0717505](#)), documento anexo do Projeto Básico 6 ([0718078](#)), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

Observa-se que o evento está previsto no Plano Anual de Capacitações de 2021, cuja necessidade foi inserida no código 20210208. Além disso, está de acordo com o alinhamento dos objetivos estratégicos do TRE-RO, pois essa capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor, conforme justificado pela COEDE no item 3 do Projeto Básico.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, **RATIFICO** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC, descrita no artigo 25, II, da Lei n. 8.666/93, e

**1 - Aprovo o ETP nº 7/2021 - EJE-RO ([0716250](#)) e o Projeto Básico nº 6/2021-PRES/EJE-RO ([0718078](#))**, porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, IX e alíneas, art. 7º, inc. I, e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93;

**2 - Aprovo o preço estimado**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

**3 - Autorizo a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, inciso II c/c o inciso VI do art. 13 da



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei 8.666/93, nos termos ainda da Decisão TCU n. 439/98-Plenário e na Orientação Normativa n. 34/2011;

**4 - Adjudico o objeto à empresa CSO ASSESSORIA EM SISTEMA DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. – CNPJ n. 11.170.415/0001-20 e autorizo a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), condicionada à atualização da regularidade fiscal da empresa nos termos do item 14 do Projeto Básico; e**

**5 - Determino a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade tanto no Diário Oficial da União- DOU, quanto no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em respeito ao princípio da publicidade, nos termos do [caput do art. 26 da Lei n. 8.666/93](#) e, ainda, no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#).**

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 02/08/2021, às 18:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0720786** e o código CRC **CEB3C24A**.